

# BRASIL E ÍNDIA: UM PARALELO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**Kátia Cirley Pinto Barcellos**  
**Marcus Roberto Gomes Dias**  
**Simone Maria Menezes Dias**

## **Resumo:**

Atualmente, as relações comerciais têm ocupado os principais noticiários da imprensa, em virtude das vantagens que um acordo comercial bem elaborado e estruturado pode trazer para os países signatários. O Brasil vem buscando acordos comerciais com outros países com o propósito de melhorar a sua economia, e portanto o seu desenvolvimento. Dentre os países em que o Brasil está tentando estreitar mais os seus laços encontramos a Índia.

Os acordos na área econômica são muito importantes, mais não podemos nos esquecer eu aliados a uma economia forte tem que existir uma sociedade mais justa e igualitária, com oportunidades reais para a população.

Esse ensaio busca analisar os universos desses dois países, Brasil e Índia, com o propósito de identificar as principais causas de sucesso e insucesso de ambos na corrida pelo desenvolvimento econômico e social. Por fim, veremos que o exemplo de países como a Índia, que teve um largo investimento em educação, é possível de ser adotado no nosso país e que é fundamental para o seu desenvolvimento acontecer.

**Palavras Chave:** Brasil, Índia , desenvolvimento e educação.

## **Abstract**

Currently, the commercial relations have busy the main reporters of the press, in virtue of the advantages that elaborated and a well structuralized commercial agreement can bring for the signatory countries. Brazil comes searching commercial agreements with other countries with the intention to improve its economy, and therefore its development. Amongst the countries where Brazil is trying to narrow more its bows we find India. The agreements in the economic area are very important, more cannot in forgetting I to them allies to a strong economy have that to exist a society more joust, with real chances for the population. This assay searchs to analyze the universes of these two countries, Brazil and India, with the intention to identify to the main causes of success and failure of both in the race for the economic and social development. Finally, we will see that the example of countries as India, that had a wide investment in education, is possible of being adopted in our country and that its development is basic it to happen.

**Words Key:** Brazil, India, development and education.

## **1. INTRODUÇÃO:**

O intercâmbio comercial, ao longo da História Mundial, sempre foi objeto de cobiça de reis, príncipes, governantes e nações.

Após a Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido o primeiro bloco econômico regional, denominado Mercado Comum Europeu (MCE). O principal objetivo desse mecanismo econômico, na visão de alguns analistas, foi o de evitar uma nova quebra da economia americana. Isso se tornou possível, uma vez que os produtos americanos continuaram sendo exportados para o mercado consumidor europeu, mesmo com a recuperação industrial européia ao final do conflito mundial supracitado.

O Brasil e a Índia são países que poderão alcançar projeção internacional, caso estabeleçam acordos comerciais compatíveis com o desenvolvimento de suas economias.

Portanto, buscar um acordo bilateral em diversas áreas do campo do poder com os indianos, seria salutar e interessante para o País.

O presente trabalho procurará analisar as possibilidades de integração do Brasil com a Índia. Para tanto, será realizada uma comparação da estrutura nacional com a indiana, a fim de ressaltar os aspectos semelhantes, os quais viabilizariam um acordo bilateral amplo e eficaz.

## **2. DESENVOLVIMENTO:**

### **2.1 - A estrutura brasileira:**

#### **a) Síntese da História do Brasil:**

O descobrimento do Brasil, ocorrido em 22 de abril de 1500, pelo navegador Pedro Álvares Cabral, representou um momento marcante no processo de expansão lusitano. Todavia, a descoberta não provocou impacto na coroa portuguesa, em virtude da mesma está com sua atenção voltada para as rotas comerciais do oriente. Além disso, no momento supracitado o governo português encontrava-se endividado. Esses fatos contribuíram para o abandono das terras descobertas por quase trinta anos o que ocasionou a ação de corsários e invasões estrangeiras, como a inglesa e holandesa. (Abreu, 1934).

A colonização do Brasil foi iniciada com a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530. Nessa oportunidade, foi estabelecido o sistema de capitânicas hereditárias, as quais eram baseadas na iniciativa privada de nobres portugueses. O principal objetivo dos fidalgos, presentes nas terras brasileiras, era explorar as riquezas naturais existentes, sem a intenção de colonizar o Brasil. Constata-se, portanto, uma diferença gritante entre o sistema de colonização inglesa, que preconizava a fixação do homem na colônia, para o sistema português e espanhol. Alguns historiadores modernos atestam que, o desenvolvimento, dos Estados Unidos da América (EUA) e de outros de países de colonização inglesa, é decorrente do tipo de colonização que foi implementada em seus territórios, ou seja, uma colonização, com a finalidade de fixar o colono à terra. (Novais, 1981).

Posteriormente, com o fracasso das capitânicas hereditárias, o governo português estabeleceu o sistema de governos gerais. Esse novo modelo implementado foi o início da colonização do Brasil, porque representou o esforço da metrópole em estabelecer os alicerces da administração na colônia, por meio do pacto colonial. Segundo, Sérgio Bueno, várias instituições, existentes no Brasil atual, retratam fielmente as tradições implementadas pelos portugueses nessa oportunidade. Porém, a colonização efetiva do Brasil teve seu início marcado pela vinda da família real portuguesa para o Brasil. (Novais, 1981)

A chegada de D.João VI trouxe avanços significativos para a colônia, como por exemplo, a abertura dos portos as nações amigas, a criação do Banco do Brasil, a organização de uma força militar, a estruturação do sistema de saúde e a criação da escola de engenharia. Além das contribuições mencionadas, o príncipe regente foi extremamente habilidoso no campo político, uma vez que manteve a integridade territorial brasileira e contribuiu para permanência de um regime monárquico constitucional, coroando D.Pedro I imperador do Brasil. (Abreu, 1934)

O primeiro reinado possibilitou a consolidação da independência política do Brasil, visto que a economia nacional encontrava-se atrelada aos interesses estrangeiros, principalmente, ingleses. Além disso, nessa oportunidade foi outorgada em 1824 a primeira constituição por D.Pedro I, que fortalecia o poder pessoal do imperador com a criação do Poder Moderador. Contudo, os desgastes sofridos pelo Imperador nos campos político, econômico e militar favoreceram a sua abdicação em 1831.(Abreu, 1934)

Após a abdicação de D.Pedro I, foi instaurado o período regencial. As regências eram constituídas e organizadas de forma trina, tendo um representante da classe dominante. Inicialmente, o sistema político e administrativo, durante o período regencial foi marcado por elevada concessão de autonomia as províncias. Para tanto, foi permitida a formação e

organização de uma guarda nacional diretamente subordinada ao presidente da província. Nesse período o Brasil estava sendo dirigido exclusivamente por brasileiros. Entretanto, o desgaste natural do regime, em virtude de liberdade excessiva aliada a corrupção de pessoas públicas, contribuiu para a centralização do poder em torno de um único indivíduo, denominada regência uma. Constata-se, ainda, a eclosão de revoltas internas de cunha separatista, sendo a ação de Caxias extremamente benéfica para a manutenção da integridade física do País. (Novais, 1981)

O Segundo Reinado foi iniciado com o Golpe da Maioridade, o qual foi realizado pelos os opositores do sistema regencial. Essa nova fase da História do País teve como principal personagem D.Pedro II, filho herdeiro de D.Pedro I.(Novais, 1981)

O novo Imperador era afeto as ciências, fato que muito contribuiu para o desenvolvimento do Brasil, em virtude do incentivo econômico oferecido pela corte imperial. Sendo assim, na oportunidade supracitada, foi iniciado o processo de industrialização do País, por meio da ação do Barão de Mauá. Porém, os custos da Guerra do Paraguai, aliados aos problemas sociais provenientes da escravidão contribuíram para o desgaste político do Império. Desta forma, em 1889 a República foi proclamada por Deodoro da Fonseca.

A República, forma de governo que estamos vivenciando nos dias atuais, inicialmente representou a transferência de poder do Imperador para a oligarquia cafeeira, particularmente de São Paulo. Para uma maior compreensão e visualização do período republicano, torna-se necessário dividi-lo em etapas.

A primeira etapa foi denominada República Velha, sendo as principais características desse período à alternância de poder entre os paulistas e mineiros. Além disso, vários movimentos de cunho social pipocaram pelo Território Nacional, como por exemplo, a Guerra de Canudos, A Revolta da Chibata, o Cangaço, a Guerra do Contestado e o Movimento Tenentista.(Novais, 1981)

A segunda fase, do período republicano, foi denominada de República Populista ou Era Vargas. Essa fase representou a centralização de poder em torno de Getúlio Vargas, a ausência de eleições presidenciais e de liberdade de imprensa. O Brasil, no período mencionado, participou da Segunda Guerra Mundial, por meio da Força Expedicionária Brasileira. Tal fato foi importante para o processo de redemocratização do País, uma vez que os integrantes da FEB, oriundos dos campos de batalha da Itália, perceberam que o sistema político existente no Brasil era semelhante ao Nazi-Facismo. A partir desse ponto foi exercida uma forte pressão política ao governo getulista, ocasionando a derrocada do mesmo.(Abreu, 1934)

Atualmente, a democracia brasileira está consolidada, em virtude de um processo político que ao longo tempo permitiu ao povo brasileiro escolher seus representantes de forma direta. Deve-se ressaltar, que a sociedade brasileira encontra-se em fase de amadurecimento, cometendo, às vezes, equívocos. Contudo, realidade é que estamos caminhando rumo a uma sociedade mais justa e responsável.

#### **b) A infra-estrutura nacional:**

O Brasil é um país com dimensões continentais com cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território e extenso litoral. Além disso, possui invejável quantidade de recursos minerais e vegetais, que servem de matéria prima para as indústrias nacionais.(Santos, 2000)

No tocante a recursos humanos, sua população beira a casa dos 170 milhões de pessoas espalhadas pelo Território Nacional. Esse aspecto possibilita mercado consumidor, como também a existência de mão-de-obra.(Sorj, 2000)

Para atender ao parque industrial nacional, o País conta com uma malha de transportes baseada no rodoviarismo, além de possuir usinas hidrelétricas, termoeletricas e nucleares, que têm a finalidade de oferecer o suporte necessário ao escoamento de cargas e funcionamento das cidades e das indústrias.(Rodrigues, 2000)

Constata-se que o sistema de transportes nacional não está atendendo as necessidades do País. Esse fato é facilmente observado pelo tempo excessivo que as cargas de produtos, particularmente grãos, demoram a atingir os mercados internacionais, prejudicando, assim, o valor agregado do agronegócio. Portanto, torna-se necessário a integração física do Brasil aos países da América do Sul, principalmente Chile, com a finalidade de obter uma saída para o oceano pacífico, o que diminuiria o tempo de chegada dos produtos nacionais ao continente asiático.(Rodrigues, 2000)

A matriz energética do País, por sua vez, representa um gargalo ao desenvolvimento e crescimento da economia nacional. Algumas medidas estão sendo adotadas, como por exemplo, o desenvolvimento do enriquecimento do urânio, o estabelecimento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Essas medidas têm por objetivo minimizar o problema apresentado e, ao mesmo tempo, tornar o País auto-suficiente.

A educação brasileira, especialmente a pública, vem ao longo dos anos, sendo sucateada pela falta de investimentos governamentais. Esse aspecto pode ser comprovado pelo estado do ensino fundamental e médio, onde a falta de professores, os baixos salários, a falta de recursos para a manutenção física das escolas e quantidade insuficiente de matrículas representam os principais óbices. Deve-se ressaltar que esses estudantes do ensino médio serão os universitários de amanhã. O ensino superior não é muito diferente do anterior, sendo o diferencial a qualificação profissional de seu corpo docente.

A saúde é outro setor do governo federal que se encontra em estado lamentável. A falta de médicos e lentos por paciente agrava a situação, gerando crises sociais difíceis de serem administradas. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) foram chamadas, a fim de contribuir com equipes médicas para prestar atendimento à população. Esse fato aliado aos anteriores deixa evidente a pauperização do Sistema Único de Saúde (SUS).

### **c) Brasil diante da globalização:**

A globalização, para muitos cientistas sociais, representa um processo de amadurecimento do capitalismo. Para eles, ainda, as relações comerciais sempre foram globalizadas desde o início dos tempos.

Para facilitar o desenvolvimento do presente trabalho, será realizado um estudo didático, o qual abordará alguns fatos históricos marcantes do século XX.

A formação de blocos econômicos ocorreu após a Segunda Guerra Mundial com a criação do Mercado Comum Europeu (MCE), atualmente União Européia (UE). Se for realizada uma análise dos porquês da formação do bloco mencionado, será constatado que, o principal objetivo foi evitar uma nova quebra da bolsa de valores de Nova York. Além disso, favoreceu a entrada e permanência dos EUA no continente europeu com contingentes militares.(Silva, 1999)

Alvin e Heidi Toffler dividiram a história mundial em eras econômicas. Para eles, a primeira era correspondeu à Revolução Comercial; a segunda, simbolizada pela linha de montagem ou Revolução Industrial e a terceira pela Revolução Técnico-científica, isto é, pelo conhecimento e computador. Assim, a globalização tornou-se possível pelo desenvolvimento da informática, que rompeu as barreiras físicas da distância.

As décadas de 1980 e 1990 foram palco de fatos históricos que contribuíram, sobremaneira, para a globalização. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estava mergulhada em transformações profundas que afetaram a ordem política e econômica, denominadas Glasnost e Perestroika. Essas mudanças, realizadas por Gorbachev, alteraram a ordem mundial bipolar para um sistema de polaridades indefinidas ou multipolarização econômica. Além disso, nas décadas mencionadas foram formados vários blocos regionais, como o MERCOSUL, NAFTA, UE e outros. Para o Brasil, a falência da Bipolaridade

representou fuga de capital, porque os EUA passaram a investir em outras áreas de interesse, particularmente Ásia.(Lima, 2000)

Depreende-se, portanto, que globalização representa um conjunto de transformações que permeiam todos os campos do poder, em última análise a vitória do capitalismo sobre qualquer outra doutrina econômica formulada.(Silva, 1999)

No Brasil os reflexos da globalização possibilitaram o estabelecimento de um estado neoliberal. Essa transição foi sentida no período do então presidente Fernando Henrique, que encontrou nessa forma uma maneira de gerenciar a gestão econômica do país através de privatizações de empresas estatais, abertura econômica e financeira ao exterior, questionamento do papel do Estado e crença de que o mercado promoverá o desenvolvimento econômico e social. Atualmente, o País está com sua economia estagnada e com problemas sociais agravados pelos efeitos da globalização e de uma economia nacional baseada em ciclos econômicos ultrapassados.

A globalização é irreversível. O País deve realizar correções de rumos econômicos e investir maciçamente em ciência e tecnologia, especialmente na área de informática e área espacial, a fim de acompanhar com maior rapidez as transformações mundiais. Além disso, deve procurar consolidar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e realizar novas parcerias comerciais.(Lima, 2000)

O governo atual tem procurado agir nesse sentido, como as parcerias estratégicas com a China e tentativa de formar o G-5, bloco econômico constituído por Brasil, África do Sul, Índia, China e Rússia. Porém, o agravamento dos problemas sociais está dificultando o progresso desejado. Por outro lado, cabe aos países desenvolvidos viabilizarem o ingresso dos menos desenvolvidos no comércio internacional. Esse aspecto é conhecido pela maioria, como Terceira Via, isto é, uma alternativa vantajosa aos efeitos devastadores da globalização.(Silva, 1999)

O Brasil encontra-se inserido no contexto mundial atual, que preconiza a existência de blocos econômicos regionais. Todavia, torna-se necessário realizar reformas estruturas básicas, com a finalidade de não incorrer no mesmo erro do México, que foi incorporado ao NAFTA sem realizar ajustes internos e hoje, após dez anos a formação do bloco, está com sua economia arrasada.

#### **d) Crescimento econômico do Brasil:**

Hoje, o tema "crescimento econômico" vem ocupando grande espaço tanto em debates nas esferas governamentais, meios acadêmicos, congressos, seminários; nas diversas publicações de artigos em revistas, jornais, ou ainda, através de monografias patrocinadas por CEF, BACEN, Tesouro Nacional, Conselhos de diversas associações de classes, etc. Nesses debates tenta-se encontrar um caminho para o Brasil voltar a crescer.

Nos primeiros clássicos escritos por Adam Smith, David Ricardo ou Thomas Malthus pode se encontrar as referências iniciais que os economistas fazem com relação ao crescimento econômico. Esses teóricos fixaram conceitos-chaves deste ramo do estudo econômico tais como: os de rendimentos decrescentes e sua relação com a acumulação de capital, ou a relação entre progresso tecnológico e especialização do trabalho. Embora, as incertezas nesta disciplina econômica não se manifestaram de forma contínua. Mesmo assim, tiveram que esperar o desenvolvimento que experimentaram as ciências matemáticas, sobretudo o referente à otimização para que estas preocupações reaparecessem nos economistas das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Surgem três tradicionais análises sucessivas:

- Roy F. Harrod (1948) e Evsey D. Domar (1947), cujo interesse que move a ambos autores é o de dinamizar as teorias de Keynes;
- Robert M. Solow (1956) e Trevor W. Swan (1956), que implantaram o que se denominou o chamado modelo neoclássico de crescimento;
- Paul Romer (1986) e Robert Lucas (1988), que de alguma forma tratam

de paliar as consequências adversas que para os economistas têm as conclusões dos modelos neoclássicos. A esta terceira corrente se denominou as Novas Teorias do Crescimento em que as variáveis que aparecem como determinantes para o crescimento econômico, que até aquele momento se haviam tomado como exógenas.(Thorstensen, 1994)

Entende-se por crescimento econômico o aumento mantido a longo prazo do produto per capita ou por trabalhador, acompanhado de mudanças estruturais, segundo a já universalmente aceita formulação de Kuznets (1966). Mas, crescimento econômico é sinônimo apenas de crescimento do PIB, de aumento da renda per capita? Esse conceito vai muito mais além, podemos dizer que é o conjunto de políticas públicas e práticas privadas, que tem como fim as mudanças sociais, sempre com o objetivo último de promover o bem-estar humano. E esse objetivo está muito distante de acontecer nas economias em desenvolvimento, sendo privilégio apenas das sociedades consideradas do primeiro mundo.

A calamitosa situação econômica e social que se encontra o Brasil, diverge do discurso otimista do governo sobre a retomada do crescimento, mesmo após a divulgação dos primeiros indicadores positivos de aumento da atividade econômica. As causas para que não compactuemos com esse otimismo, são várias: persistente alta taxa de desemprego; miséria e violência andando juntas nas grandes cidades, chegando essa última ao limite do insuportável. Promete-se a retomada do crescimento "sustentado", num cenário altamente globalizado e competitivo do tipo jobless growth, um crescimento sem geração de empregos, e que necessita cada vez de IDE - Investimentos Diretos Estrangeiros.

Por outro lado, existia uma visão individualista de que o Brasil, por sua potencialidade, tamanho, e da quantidade de recursos naturais, poderia se impor frente aos grandes "players" internacionais, fazendo-o distanciar-se dos diversos mercados. Quando o país mudou sua estratégia de política externa, tratando dos assuntos de forma multilateral, como representante do bloco econômico, mais almejado em termos de acordos comerciais - o Mercosul -, conseqüentemente, passou a ter voz mais presente nos fóruns internacionais. Essa mudança de foco foi fundamental como estratégia de longo prazo, pois ajudaria o país a buscar outras receitas junto a países não alinhados a blocos econômicos.

Infelizmente, as condições ideais para o crescimento dependem de um conjunto de medidas econômicas, conjugadas com as políticas monetária, cambial e fiscal, tais como: busca do equilíbrio e da proporção entre os crescimentos do investimento e do consumo; da produtividade e do padrão de vida; da infra-estrutura social; e da capacidade, formação e iniciativa dos profissionais. E hoje, com as economias globalizadas, os requisitos de competitividade tornam necessárias taxas de crescimento econômico cada vez mais elevadas, para conter a espiral do desemprego, onde conseguir o equilíbrio e um caminho sustentável torna-se uma tarefa cada vez mais difícil para os governantes.

No diagnóstico da situação econômica, vamos verificar que os chamados tigres asiáticos estavam quase no mesmo nível de Brasil e México. Mas, desde então, os países deste bloco cresceram mais rapidamente que qualquer outra região do mundo, e deixaram para trás, outros mais ricos como a Argentina, o próprio México e o Brasil, aproximando-se alguns deles, das primeiras posições a nível mundial. O núcleo daqueles países era constituído pelo Japão, os Quatro Tigres "Asiáticos" - Hong Kong, Singapura, Coréia do Sul (Coreia), e Taiwan, e três novos países em industrialização no Sudeste Asiático - Malásia, Indonésia e Tailândia. Este grupo de países, excluindo o Japão por já ser um país altamente desenvolvido, é conhecido como as Novas Economias Emergentes.

Por outro lado, aqui no Brasil, na década de 70, nos ensinavam que o país fazia parte do grupo dos países em desenvolvimento, e era chamado "o país do futuro". Estamos em 2004, e continuamos ouvindo alusões sobre o potencial do Brasil, como sendo: país emergente; país de grande poder continental; país de maior potencial de crescimento da América Latina; junto com a China e a Índia, os grandes mercados a serem explorados; e

continuamos ainda alimentando o sonho de "o país do futuro". Mas que futuro é esse, que nunca chega, e o que falta para o país crescer e entrar no seleto clube dos países tidos como desenvolvidos?

Hoje em dia, outro aspecto importante que dificulta o crescimento econômico do nosso país, é o tamanho da dívida pública, que ultrapassa em muito seus ativos, principalmente porque foi captada sob o argumento de que iria atenuar as desigualdades econômicas e financiar o desenvolvimento. Mas se isto realmente ocorresse, ou seja, os investimentos fossem aplicados em projetos para fins produtivos, e que gerassem exportações adicionais ou reduções de importações, capazes de compensar os encargos de juros e remessas de lucros, conseguiríamos reverter o persistente déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente.

Os déficits só podem subsistir enquanto houver reservas ou outros capitais compensatórios que os financiem. Assim, déficits permanentes têm que ser corrigidos por algumas das seguintes medidas: (i) desvalorizações reais da taxa de câmbio; (ii) redução do nível de atividade econômica; (iii) restrições tarifárias ou quantitativas às importações; (iv) subsídios às exportações; (v) aumento da taxa interna de juros; e (vi) controle da saída de capitais e de rendimentos para o exterior. (Singer, 2000)

Dentre essas medidas, o Brasil vem experimentando o aumento das taxas de juro como forma de atrair capital estrangeiro, e ao mesmo tempo, para evitar a "fuga", suspendeu os controles de saída de capitais e remessa de rendimentos para o exterior. Essas medidas procuram melhorar o balanço de pagamentos, porém não podem perdurar por muito tempo, porque agravam o passivo externo líquido do país. Já as três primeiras medidas e a quarta, são usadas para minimizar o problema mais fundamental do déficit de transações correntes.

Em relação à segunda medida, esta contribui para a redução do déficit em transações correntes, pois o Brasil produzindo menos importa menos; com a ociosidade da produção interna, as empresas são obrigadas a buscar novos mercados no exterior. Esse tipo de ajuste não traz prosperidade, à nação e pode provocar recessões. Pode acarretar ainda, grandes problemas sociais, como a falta de emprego e, a conseqüente queda nos salários reais. É um tipo de situação que para recompor o nível de reservas do país, pode ser adotada para um curto espaço de tempo, no entanto, não devendo ser aceita como fórmula permanente de correção dos desequilíbrios externos.

A escolha do modelo de endividamento brasileiro, através do financiamento do déficit em transações correntes, com a entrada de capitais estrangeiros via empréstimos e investimentos especulativos (curto prazo), ou recursos para a compra de empresas, virou uma bola de neve. A medida em que quanto mais o Brasil se abre e capta mais recursos externos, mais capitais poderão sair no futuro, seja por contágio de outras economias nos momentos de crises sistêmicas ou pela remessa de lucros, dividendos e royalties gerados pelos investimentos diretos e em carteira. Com esse modelo, a dívida pública interna brasileira vem aumentando a cada dia, não porque o governo esteja se endividando junto ao setor privado para realizar obras ou investimentos nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura, mas sim, porque está fazendo política monetária, através do lançamento de títulos do Banco Central e do Tesouro que pagam altas taxas de juro.

De que forma o País pode crescer? Durante os últimos vinte anos, o mundo experimentou diversos choques que afetaram decisivamente o crescimento econômico, principalmente a partir do default da dívida mexicana ou "efeito tequila", em 1994, passando principalmente pelos diversos terremotos financeiros que eclodiu a partir dos "tigres asiáticos" ou "efeito saquê", em 1997, da crise russa ou "efeito vodka", em 1998, da crise brasileira ou "efeito samba", em 1999 e a do nosso vizinho do Mercosul, a Argentina ou "efeito tango", também em 1999, cujas "ondas" se propagaram pelas demais economias do mundo, não poupando bolsas de valores, mercado de capitais, mercados de derivativos, mercados de câmbios, governos, investidores, ninguém. Para o Brasil, foram duas décadas perdidas, que pesaram negativamente na média em termos de crescimento econômico. (Singer, 2000)

Mas, como o país pode reverter esse quadro crônico de vulnerabilidade externa, sair das amarras das altas taxas de juro e voltar a crescer? A solução seria diminuir o efeito cascata da carga tributária, investir em obras de infra-estrutura de portos, estradas, aeroportos, centros de armazenagem (causas do risco país), direcionando ainda os investimentos estrangeiros para setores, cujos produtos possam agregar valor na pauta de exportações, como por exemplo: o aeroespacial, o químico, o do agronegócio, com carnes de frango, porco e bovina em pedaços e congeladas, café solúvel, pescados e camarões congelados, etc.

## **2.2 - A estrutura indiana:**

### **a) Síntese da História da Índia:**

A civilização indiana é uma das mais antigas do mundo tendo mais de 4000 anos. Tendo sido colonizada pela Inglaterra, tornou-se independente em 1947. Tem sido uma democracia desde então.

A origem da nação hindu é bastante antiga, sendo o seu surgimento datado em 2500 ac no vale do rio Indo, onde hoje fica o Paquistão. A região foi conquistada pelos arianos, que implantaram uma sociedade baseada num sistema de castas.

Após a invasão de Alexandre, O Grande, entre 327 ac e 325 ac, forma-se o Reino de Asoka, que unifica a Índia sob o Budismo, atingindo o apogeu no século IV com a dinastia Gupta.

No século VII, o oeste do território indiano é invadido pelos árabes, que implantam o islamismo. A nova religião é bem aceita pela população de maneira geral, uma vez que a mesma é baseada na igualdade de todos perante a Deus. Desta forma, a sociedade enxerga no islã a possibilidade de escapar da rigidez social do sistema de castas.

O domínio ocidental foi iniciado no século XV pelos portugueses com a conquista de Goa, impulsionado pelo comércio de especiarias. Posteriormente, franceses e ingleses ocupam o território indiano, sendo os últimos os verdadeiros colonizadores da Índia.

A luta contra a colonização inglesa termina em 1947 com a independência da Índia. O grande mentor do processo de libertação indiano foi o pacifista Gandhi, que por meio do descumprimento de ordens, desobediência civil e boicote aos produtos ingleses, conduziu o país à liberdade política.

Logo após sua independência, a Índia entra em conflito com Paquistão pela posse da Caxemira. Durante a Guerra Fria os indianos receberam apoio dos soviéticos, enquanto que os americanos apoiaram os paquistaneses. Esse conflito perdura até os dias atuais, sendo o calcanhar de Aquiles para o equilíbrio de forças na região.

Atualmente, a Índia é uma república parlamentarista, com dois idiomas oficiais e uma população de aproximadamente um bilhão de pessoas.

### **b) A infra-estrutura indiana e os efeitos da globalização:**

Politicamente, a Índia é uma democracia parlamentar. O poder executivo pertence ao primeiro-ministro.

A Índia está dividida em 28 estados (que por sua vez estão divididos em distritos), 6 Territórios da União e o Território da Capital Nacional.

Adicionalmente, apesar de nunca ter reclamado posse territorial na Antártida, a Índia tem aí instaladas duas bases científicas: Dakshin Gangotri e Maitri.

Cidades: Haiderabade, Bombaim

Quanto a economia, a Índia possui uma atividade industrial expressiva.

Os principais produtos cultivados são: chá, algodão, trigo, juta, arroz, tabaco, milho e cana-de-açúcar.

Existem grandes áreas com monoculturas voltadas para a exportação. São as *plantations*, cultivadas desde a época em que os ingleses colonizaram essa região. Chá, tabaco e algodão, são os produtos típicos para o mercado externo.

No últimos anos, a Índia tornou-se um importante centro de serviços relacionados com tecnologias de informação. É o principal beneficiário do outsourcing de serviços.

A Índia é um país federal asiático, que ocupa a maior parte do Indostão e ainda as ilhas Laquedivas e Andaman e Nicobar. É limitado a norte pela China, Nepal e Butão, a leste por Myanmar, a sul e leste pelo Bangladesh e pelo Golfo de Bengala, a sul pelo Estreito de Palk, onde faz fronteira com o Sri Lanka, pelo Oceano Índico e pelo Mar das Laquedivas, a oeste pelo Mar da Arábia e a oeste e norte pelo Paquistão. É o segundo país mais populoso do mundo, com mais de 1 bilhão de habitantes. Capital

A infra-estrutura indiana é bastante semelhante à brasileira em termos de portos, sistemas de transportes, energia e outros. O diferencial entre os dois países reside no fato do governo indiano ter investido maciçamente em educação, particularmente em informática.

Para uma melhor visualização dos dois países será realizado um estudo comparativo, com a finalidade de que sejam identificados semelhanças.

Recente estudo do National Intelligence Council (NIC), dos EUA, instituto de pesquisa vinculado à CIA, projetou para 2020 a emergência da China e da Índia como potências políticas e econômicas globais e comparou esse fato ao surgimento da Alemanha no século XIX e dos EUA no século XX.(Gonçalves, 2000)

A evolução da Índia para alcançar o status de potência econômica, contudo, não é tão evidente, pois, para poder equiparar-se à China, ainda há um longo e árduo caminho a percorrer.

Também o Brasil, no mesmo estudo do NIC, é projetado como uma potência econômica global.

A Índia cresceu em média mais de 5,6% de 1980 a 2000 e projeta crescimento de mais de 5% por ano até 2050; 70% da população vivem no campo; o setor externo cresceu 16% nos últimos anos, alcançando cerca de US\$ 150 bilhões, 28% do PIB e menos de 1% do comércio mundial; o investimento externo líquido é reduzido, alcançando US\$ 3,4 bi ; a taxa de poupança efetiva foi 28% do PIB.(Gonçalves,2000)

Para alcançar o status de potência econômica global, a Índia terá de criar condições para o rápido desenvolvimento do setor industrial, que hoje representa apenas cerca de 28% do PIB, pouco mais da metade do setor de serviços e com desempenho menos dinâmico.

País em desenvolvimento, a Índia embarcou em uma série de reformas estruturais visando a aumentar a taxa de crescimento econômico, a reduzir as imensas diferenças regionais e a realizar uma reforma política que facilite a formação de maiorias e o processo decisório.

Dentre as reformas e os programas de modernização de médio e longo prazos destacam-se políticas de redistribuição de renda com vistas a minorar as desigualdades individuais e regionais, ao aumento no investimento em infra-estrutura para reduzir as ineficiências e os gargalos, à redução de tarifas aduaneiras ainda altas para padrões desenvolvidos (acordo de livre comércio com a China está sendo negociado), à discussão no Congresso de uma reforma tributária, que reduza a evasão de impostos, diminua a proliferação confusa de tributos diretos, e que promova a introdução do IVA depois de quatro tentativas. (Gonçalves, 2000)

Na área industrial, as medidas tomadas recentemente pelo governo de Nova Délhi se aceleram. Inspirado no exemplo da China e no de outros países, o governo da Índia planeja permitir que os 29 estados hindus criem Zonas Econômicas Especiais que vão estender ao setor industrial as mesmas reduções tributárias e flexibilização da legislação trabalhista, que ajudaram a transformar, de forma significativa, nos últimos dez anos, o setor de tecnologia de informação da Índia, tornando-o competitivo internacionalmente.(Gonçalves, 2000)

Em breve resumo, é isso o que a Índia está fazendo com vontade política e com um projeto para firmar-se como um país moderno e influente no cenário internacional.

### **2.3 Brasil e Índia – diferenças e semelhanças**

É inevitável traçar um paralelo entre o Brasil e a Índia, examinando as convergências e semelhanças, assim como os desafios que enfrentarão para chegar em 2020 como potências econômicas globais. A agenda de reformas internas no Brasil não difere daquela que está sendo discutida na Índia. (Gonçalves, 2000)

De acordo com o IPEA ( Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os países membros do Mercosul assinaram no dia 25 de janeiro de 2004 um acordo de comércio preferencial com a Índia. O acordo estabelece as diretrizes do acerto de preferências tarifárias entre o bloco econômico do Mercosul e a Índia. As reduções de impostos ocorrerão por meio de taxas de importação e outras tarifas que incidam sobre importações. O pedido de redução tarifária do Mercosul para Índia abrange entre quinhentos e mil produtos, ao passo que o pedido encaminhado pela Índia engloba cerca de quinhentos. Em etapas seguintes de negociação, serão definidas as listas de mercadorias envolvidas no acordo, além das regras de origem, de salvaguardas e de soluções de controvérsias. Após a definição dessas matérias, será buscado acordo de livre comércio entre os países.

Com o exposto acima, vemos que os laços entre Brasil e Índia estão se solidificando. Mas o Brasil deve pensar também na esfera social. Não só os acordos econômicos são importantes, mas é preciso pensar na saúde e educação, assim como a Índia.

Ao Brasil não resta outra alternativa senão fazer o mesmo que está sendo feito pela Índia, com a mesma determinação e vontade política. Qualquer que seja o governo do momento, medidas de médio e longo prazos deverão ser tomadas para permitir o crescimento da economia a taxas mais altas e a melhoria da competitividade, especialmente do setor industrial.

Crescimento sustentável a taxas maiores do que as atuais, definição de uma política industrial eficaz e que possa atrair investimentos e gerar empregos, implementação da lei de inovação, aplicação da legislação de propriedade intelectual, austeridade fiscal, redução da taxa de juros, câmbio competitivo, reforma tributária, eliminação dos gargalos na infraestrutura, ampliação de parceria governo-setor privado são os principais desafios que, caso sejam superados, permitirão ao Brasil dar um salto qualitativo para ingressar no restrito grupo de elite da economia internacional.

Só assim o Brasil poderá enfrentar o desafio de chegar a 2020 como uma potência econômica.

Caso não consigamos nesse período resolver nossas dificuldades, estaremos fadados a continuar a ser o país do futuro. Que nunca chegará.

### **3 – CONCLUSÃO**

No decorrer do presente ensaio, foi realizada uma análise dos efeitos da globalização no Brasil e na Índia, visando analisar o desenvolvimento desses dois países, de forma a elucidar as diretrizes benéficas e maléficas de ambos.

Num mundo de economias globalizadas, a informação, a tecnologia e o conhecimento fazem o diferencial sobre a oferta da quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade e o Brasil tem seguido essa linha. No entanto, existem questões que não podem ser deixadas de lado como a educação, por exemplo. Ao contrário da Índia que vem investindo nesse setor, o Brasil não tem dado tanta importância ao assunto. Assim, podemos perceber que o futuro sem investimento educacional em uma sociedade fica prejudicado, uma vez que se não criarmos oportunidades a nossa população de crescimento, o futuro será incerto. Com isso vemos que é notório o empobrecimento da população, uma vez que as oportunidades estão cada vez mais escassas para a população.

A Índia, por sua vez está investindo em educação e saúde e logo colherá os frutos. Com uma população melhor preparada, e o investimento maciço do governo, os problemas sociais tendem a diminuir.

Sigamos em frente com fé no nosso futuro e adaptando as coisas boas de outras sociedades, como a indiana.

Esse trabalho buscou ampliar o conhecimento da situação do desenvolvimento econômico de dois países emergentes como o Brasil e a Índia, procurando traçar um paralelo entre esses dois países, de forma a avaliar as semelhanças e as suas diferenças. O presente ensaio está longe de esgotar o assunto, uma vez que cabe ampliar discussões sobre o assunto, pois esse ensaio é uma contribuição para o início de novas pesquisas.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial**. Ed. F. Briguiet, 1934.
- BACKHEUSER, Everardo. **Geopolítica geral do Brasil**. BIBLIEX, 1952.
- DOMAR, Evsey D. **Expansion and Employment**. American Economic Review, (1947).
- GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e comércio internacional**. Ed. Contexto, 2000.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Homepage institucional, abril de 2004. Apresenta informes e dados estatísticos setoriais. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>.
- HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. Ed. José Olympio, 1969.
- LIMA, M. C. e Medeiros. **O mercosul no limiar do séc XXI**. Ed. Cortez, 2000.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. Ed. Hucitec, 1981.
- PETRONE, Pasquale. **Povoamento e colonização**. Ed. Nacional, 1970.
- RODRIGUES, P. R. **Introdução ao sistemas de transportes no Brasil**. Ed. Aduaneiras, 2000.
- SANTOS, M e Silveira. **Território e sociedade no início do séc XXI**. Ed. Record, 2000.
- SILVA, G e Cocco. **Cidades e portos. Os espaços da globalização**. Ed. DP&A, 1999.
- SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Ed Zahar, 2000.
- THORSTENSEN, V. et alii. **O Brasil frente ao mundo dividido em blocos**. Ed. Nobel, 1994.